

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS AVANÇADO GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFJF/GV
SOBRE O SPED

ALINE CRISTINA CAMPOS ASSUNÇÃO

GOVERNADOR VALADARES
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

ALINE CRISTINA CAMPOS ASSUNÇÃO

PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFJF/GV
SOBRE O SPED

Monografia apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares, como parte das exigências do curso de Ciências Contábeis para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Aline Gomes Peixoto

GOVERNADOR VALADARES
MINAS GERAIS – BRASIL
2018



ATA DE DEFESA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 16:10 horas do dia 28 do mês de junho do ano de 2018, no

Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Avançado Governador Valadares, compareceram para defesa de trabalho de conclusão

curso – TCC o(a) discente Aline Cristiana Lamos Assunção, tendo como título do trabalho Percepção dos graduandos de Ciências Contábeis da UFJF-GV sobre o SPED

e a Banca Examinadora composta por: Professor(a) Aline Gomes Peixoto (orientador(a)),

Professor(a) Marconi Silva Miranda e Elizangela Lourdes de Bastos (examinador(a)),

Professor(a) _____ (examinador(a)).

Após a apresentação e as observações dos membros da Banca Examinadora, ficou definido que o trabalho foi considerado Aprovado (aprovado ou reprovado).

Eu, Aline Gomes Peixoto (orientador(a)), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações: Aprovado sujeito às correções sugeridas pela Banca.



Assinaturas

Discente:

Aline Cristina C. An.

Discente.....Aline Cristina Campos Juncunção

Membros da Banca Examinadora:

Aline Gomes Peixoto

Prof.

.....Aline Gomes Peixoto.....

Orientador(a)

Marconi Silva Miranda

Prof.

.....Marconi Silva Miranda.....

Elizângela

Prof.

.....Elizângela Lourdes de Castro.....

RESUMO

A contabilidade é uma ciência antiga que se iniciou de forma manuscrita, passando para a forma informatizada, e hoje já chega a ser realizada de forma digital, a exemplo do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. O SPED é uma ferramenta criada pelo Governo Brasileiro a fim de facilitar o cumprimento das obrigações acessórias e unificar todas as informações em um único banco de dados, de forma a cruzar dados e integrar as três esferas do Governo. Com essa nova era digital que tem surgido, espera-se que os profissionais de contabilidade estejam se atualizando e preparados para atuarem com este novo sistema, sendo que esta preparação deve ocorrer desde a formação dos alunos na universidade. Diante disto, a pesquisa teve como objetivo verificar qual a percepção que os alunos do curso de ciências contábeis da UFJF-GV têm a respeito do conhecimento que possuem sobre SPED. Para que o objetivo fosse cumprido, foi aplicado um questionário aos alunos. O questionário contém 23 questões e a amostra foi de 63,6% do total de alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis da UFJF-GV. Através de uma análise estatística foi possível concluir que de forma geral, os alunos consideram seus conhecimentos baixo, porém, este conhecimento vai aumentando conforme vão avançando nos períodos do curso. Concluiu-se também que a maioria dos alunos se consideram despreparados para atuarem com SPED no mercado de trabalho.

Palavras chave: SPED. Conhecimento. Estudantes Ciências Contábeis. UFJF-GV

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População e amostra.....	25
Tabela 2 – Perfil dos respondentes.....	27
Tabela 3 – Período de curso	28
Tabela 4 – Atuação profissional	28
Tabela 5 – Disciplinas cursadas.....	29
Tabela 6 – Conhecimento em tributos e encargos sociais	30
Tabela 7 – Conhecimento em relação às obrigações acessórias	30
Tabela 8 – Conhecimento sobre SPED.....	32
Tabela 9 – Estudo do SPED em disciplinas do curso	33
Tabela 10 – Capacitação sobre SPED.....	34
Tabela 11 – Experiência profissional com SPED	34
Tabela 12 – Nível de conhecimento nos subprojetos do SPED	35
Tabela 13 – Conhecimento em obrigações acessórias resumidas por subprojetos do SPED	36
Tabela 14 – Nível de preparação para o mercado de trabalho	37
Tabela 15 – Conhecimentos nos subprojetos do SPED por período de curso.....	38
Tabela 16 – Nível de preparação para o mercado de trabalho por período de curso.....	39

LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CT-e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DIPJ	Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
ECD	Escrituração Contábil Digital
ECF	Escrituração Contábil Fiscal
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ENAT	Encontro Nacional de Administradores Tributários
eSocial	Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciária e Trabalhistas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GFIP	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MDF-e	Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais
NFC-e	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UFJF-GV	Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Contabilidade: da tradicional à era digital	10
2.2 Sistema tributário e o Governo Eletrônico.....	11
2.3 Sistema Público de Escrituração Digital	14
2.3.1 Histórico e conceitos gerais.....	14
2.3.2 Objetivos e benefícios	15
2.3.3 Subprojetos / módulos.....	17
2.3.3.1 Nota Fiscal Eletrônica	17
2.3.3.2 Escrituração Contábil Digital	18
2.3.3.3 Escrituração Fiscal Digital.....	19
2.3.3.4 Outros subprojetos / módulos	20
2.4 Resultados de outros estudos	23
3 METODOLOGIA	24
3.1 Classificação do estudo	24
3.2 Coleta e análise dos dados	24
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	27
4.1 Identificação dos respondentes.....	27
4.2 Conhecimentos tributários e trabalhistas.....	29
4.3 Conhecimentos sobre SPED	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO A.....	48

1 INTRODUÇÃO

Os procedimentos contábeis evoluíram deixando de serem realizados de modo manual, passando para a forma informatizada até chegar à era digital. Neste contexto o Governo, em todas as suas esferas, tem se utilizado da tecnologia da informação para padronizar e unificar seus procedimentos, o chamado Governo Eletrônico, o qual um de seus instrumentos é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O SPED é um instrumento que tem o objetivo de facilitar o cumprimento das obrigações acessórias por parte dos contribuintes e unificar todas as informações em um único banco de dados, de forma a cruzar dados e integrar as três esferas do Governo, municipal, estadual e federal (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

Foi instituído em 2007, mas não foi totalmente implantado por todas as empresas, apesar da legislação já obrigar algumas a usarem um ou mais de seus doze subprojetos. Desta forma, espera-se que os profissionais contábeis busquem conhecer o SPED a fim de estarem atualizados na legislação e preparados para atuarem com todos os seus subprojetos.

Quanto à essa preparação, deve ser realizada desde a formação dos estudantes do curso de Ciências Contábeis, uma vez que a utilização do SPED é uma realidade e, portanto, espera-se que desde a formação, os futuros profissionais contábeis estejam aptos a atuarem no novo mercado digital. Deste modo, surge a seguinte problemática: Qual a percepção que os alunos do curso de ciências contábeis da UFJF-GV têm a respeito do conhecimento que possuem sobre o SPED?

O objetivo geral desta pesquisa é verificar se os alunos do curso de Ciências Contábeis da UFJF/GV estão atualizados na era digital da contabilidade através da avaliação do conhecimento que possuem sobre o SPED.

Como objetivos específicos têm-se: i) averiguar se este tema é abordado em disciplinas da grade curricular dos alunos; ii) avaliar o conhecimento dos alunos em relação às obrigações acessórias; iii) verificar o conhecimento que os alunos têm sobre o SPED e seus subprojetos; iv) verificar se os alunos buscam outros métodos de conhecimento a respeito do tema, além dos cotidianos em sala de aula; e v) comparar as respostas obtidas, separando-as por períodos de curso dos alunos.

A presente pesquisa justifica-se visto que, para garantir um bom desempenho do SPED, é necessário que os profissionais contábeis estejam preparados para sua utilização, e esta preparação deve ocorrer desde a formação dentro das

universidades. Assim, torna-se necessário verificar, através de pesquisas acadêmicas, se esta preparação está ocorrendo.

Sobretudo, esta pesquisa torna-se importante para o curso de ciências contábeis da UFJF-GV, uma vez que através dos resultados obtidos, o departamento do curso tem a possibilidade de fazer uma avaliação da grade curricular, a fim de verificar se o tema tem sido devidamente explorado, e se necessário realizar ajustes e/ou mudanças nas ementas de disciplinas ou explorar outros métodos de ensino acerca do tema.

Nota-se uma carência em pesquisas dessa área no meio acadêmico, desta forma esta pesquisa contribui para o meio acadêmico e profissional, como referência para novos estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade: da tradicional à era digital

É difícil dizer com precisão quando se deu a origem da contabilidade. Segundo Ludícibus (2010, p.16) “a contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa”. Petri et. al. (2013) afirma que os homens primitivos já registravam suas riquezas em forma de desenhos em pedras, figuras e etc., há mais de dois mil anos atrás, para controlar os seus bens. Marion (2015) afirma que o amadurecimento da contabilidade ocorreu entre os séculos XIII e XVI d.C, consolidando-se em 1494, com uma publicação do italiano Luca Pacioli e o nascimento da Escola Italiana de Contabilidade.

No Brasil, foi com a vinda da família Real Portuguesa, em 1808, que começou a ocorrer movimentos para o reconhecimento da profissão contábil, mas somente em 1850 que os primeiros profissionais contábeis foram qualificados como “guarda-livros” (LIZOTE; MARIOT, 2012). Em 1946 houve a regulamentação da profissão contábil através do Decreto-Lei 9.295, onde também criava o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desde então a profissão contábil tem se desenvolvido e as atribuições do contador têm cada vez mais aumentado e sendo de grande importância para as empresas.

Com o avanço e desenvolvimento da sociedade, de um modo geral, as empresas e organizações também evoluíram e, conseqüentemente, a contabilidade teve a necessidade de adaptar-se. Petri et. al. (2013) destaca que os procedimentos contábeis passaram a exigir cada vez mais gasto de tempo para os contadores, uma vez que os lançamentos de livros, emissão de guias, controle de estoques, dentre outros procedimentos, eram realizados de forma manuscrita, desta forma estes trabalhos se tornaram árduos e problemáticos ao longo dos anos devido a quantidade de informações que passaram a ser exigidas do profissional.

Desta forma a informatização passou a fazer parte das rotinas contábeis, contribuindo para solução do problema, sendo que os autores supracitados ainda corroboram: “de documentos feitos a próprio punho para máquinas de escrever, logo a seguir os computadores, com eles surgiram também diversos sistemas no mercado, os quais informatizaram as práticas contábeis com inúmeras facilidades” (PETRI et. al., 2013, pág. 56).

A tecnologia da informação tem sido utilizada tanto pela contabilidade, quanto pelo Governo, uma vez que facilita as tarefas e disponibiliza melhores controles, registros, cadastros e diversas outras ferramentas, sendo que o fisco tem se utilizado da tecnologia principalmente para melhorar o seu controle sobre as transações efetuadas pelas organizações (BRITZ et. al., 2010).

Silva et. al. (2014, pág. 50), colabora com a ideia: “a Tecnologia de Informação, em constante evolução, permite que os dados sejam compartilhados em tempo real. As informações são processadas de forma rápida para a tomada de decisão”.

Observa-se, porém, que a forma somente informatizada tem ficado obsoleta, sendo que o processo contábil tem evoluído para uma era digital. Britz et. al. (2010) explica que a maioria das empresas realizam a contabilidade por meio de programas específicos, mas que devido a exigências legais têm que imprimir seus livros contábeis e armazená-los na forma de papel, gerando gastos e prejuízos ambientais. Porém, com a nova fase digital da contabilidade, os documentos em papéis estão sendo substituídos por documentos digitais, e através da certificação digital é garantido a integridade e validade jurídica destes documentos.

Da forma manuscrita para informatizada até à era digital, a contabilidade tem evoluído para acompanhar a evolução da sociedade em geral. Igualmente, o Governo também tem procurado adaptar-se a essa evolução, a exemplo do sistema tributário que já se realiza por meio eletrônico.

2.2 Sistema tributário e o Governo Eletrônico

Assim como o trabalho cresceu e evoluiu para os contadores, para o Governo não foi diferente. Como consequência do crescimento e desenvolvimento das organizações o Governo teve que adaptar-se às necessidades do mercado, exigindo cada vez mais informações fidedignas e tempestivas da contabilidade.

A arrecadação de tributos é a principal fonte de financiamento público para sustentar as demandas sociais, como saúde, educação, segurança, lazer e etc. Com o crescimento e desenvolvimento da sociedade, estas demandas têm aumentado, e consequentemente o Governo necessita aumentar a arrecadação de tributos para que estas demandas sejam atendidas (SEBOLD et. al., 2012).

Sabe-se que a carga tributária no Brasil, sempre “pesou” no bolso dos contribuintes, sendo que, conforme a Receita Federal do Brasil (2016), a carga

tributária em 2015 foi de 32,66% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Como forma de amenizar o impacto dessa alta carga tributária e aumentar os lucros, muitos contribuintes (pessoas jurídicas) acabam praticando evasão fiscal, que em resumo, é a prática de sonegar tributos (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2016).

Silva et. al. (2014) corrobora com essa ideia quando diz que o atual modelo tributário reflete um sistema lento e burocrático e gera um ambiente propício à prática da evasão fiscal, uma vez que impõe aos contribuintes a realização de processos que afetam a produtividade das organizações. Limas et. al. (2012) citado por Silva et. al. (2014) diz que o sistema tributário brasileiro é o mais complexo do mundo, tendo mais de 60 tributos e 3200 normas regulamentares, entre tributos municipais, estaduais e federais. Assim, o Governo necessita de um sistema eficiente de controle e fiscalização para evitar, ou diminuir ao máximo, a evasão fiscal.

Para orientar, controlar e fiscalizar as organizações, o Governo utiliza-se dos sistemas de informações contábeis e fiscais, a fim de verificar o cumprimento das obrigações tributárias, e para que isto seja possível, a contabilidade tem obrigações acessórias a serem declaradas. Sendo que, sem o auxílio da tecnologia da informação, torna-se inviável o controle e fiscalização destas obrigações acessórias (PETRI et. al., 2013).

As obrigações acessórias podem ser definidas como toda e qualquer obrigação imposta ao contribuinte que não seja o pagamento efetivo do tributo. Silva Filho et. al. (2015) diz que as obrigações acessórias existem como consequência da assimetria de informações entre o Governo e o contribuinte, para que este último demonstre quanto deve recolher aos cofres públicos.

Contudo, o autor supracitado explica que não existia uma padronização entre as obrigações acessórias dos estados e municípios, desta forma, o cruzamento de informações era impossibilitado. Como forma de iniciar uma padronização e integração das informações fiscais entre as três esferas de governo, a emenda constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, incluiu o inciso XXII, no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que versa:

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio (BRASIL, 1988).

Porém, observa-se que esta emenda surgiu como consequência de estudos que se iniciaram em 2000, quando o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, criou um Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas de interação eletrônica (MENEZES, 2012).

Pode-se considerar que a partir deste momento já começou a existir o Governo Eletrônico, que Santos e Honorífica (2002) definem como o uso da tecnologia da informação e da comunicação, para facilitar o acesso dos cidadãos à informação, tornando o Governo mais transparente e eficiente.

Já Basu (2004) citado por Silva Filho et. al. (2015), define Governo eletrônico como o uso da tecnologia da informação, a fim de permitir aos cidadãos, empresas e funcionários, uma livre circulação de informações, melhorando o acesso e a prestação de serviços do Governo.

Percebe-se, porém, que Governo Eletrônico vai além de somente utilizar a tecnologia da informação para melhorar o relacionamento entre Governo e sociedade, sendo que Sebold et. al. (2012) diz que o conceito de Governo Eletrônico pode ser compreendido em um sentido mais amplo e complexo, englobando a otimização de diversos processos da administração pública.

O autor supracitado ainda apresenta os benefícios que a tecnologia da informação proporciona à sociedade: promoção da cidadania; inclusão social; integração Governo e sociedade; disponibilização de informações e conhecimentos para a sociedade; transparência e democratização; cumprimento da legislação; otimização em processos de longo prazo; promoção de desenvolvimento econômico e social; gestão governamental eficaz; arrecadação justa e eficiente; otimização de processos e recursos no governo.

Conforme Menezes (2012); Geron et. al. (2011) e Sebold et. al. (2012) o Governo eletrônico pode ser dividido em três tipos de transações: G2G (transações entre Governo e Governo); G2B (transações entre Governo e empresas/fornecedores; e G2C (transações entre Governo e cidadão). Observa-se que em todos os modelos, o Governo Eletrônico tem como alvo melhorar o desempenho interno e externo do setor público em todas estas relações.

E visando esta melhora nos serviços públicos e a aproximação entre fisco e contribuinte, surge o Sistema Público de Escrituração Digital, que em termos da administração pública tributária, é uma forma de Governo Eletrônico.

2.3 Sistema Público de Escrituração Digital

2.3.1 Histórico e conceitos gerais

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. Porém, antes de sua efetiva criação já haviam sendo realizados estudos desde o ano 2000 a fim de implantar um Governo Eletrônico e um sistema que integrasse as informações dos diferentes órgãos e das diferentes esferas de Governo (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

Foi depois da Emenda Constitucional nº 42/03, que rege que as administrações tributárias de todas as esferas do Governo devem trabalhar de forma integrada, que começou a ser intensificados os estudos para criação e implantação de um Sistema que atendesse a essa emenda.

Desta forma, foi realizado em julho de 2004, em Salvador (BA), o I Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), reunindo representantes das três esferas de Governo, a fim de buscar solução para promover maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações. No ano seguinte, em agosto de 2005, aconteceu em São Paulo o II ENAT, que reuniu mais uma vez representantes das três esferas do Governo, com o objetivo de desenvolver e implantar o SPED (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

Todos estes estudos e encontros foram fundamentais para instituição do SPED, o qual o Decreto-Lei nº 6.022/07 o define como:

instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2007).

Entende-se por esta definição que o contribuinte prestará a informação apenas uma vez e que o próprio sistema se encarregará de compartilhar as informações fiscais entre as administrações tributárias (BRITZ et. al., 2010).

Young (2009) define SPED como uma forma de modernização do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias, utilizando-se de certificado digital para validação jurídica dos documentos digitais.

Sebold et. al. (2012) vai mais além, pois diz que o SPED pode ser compreendido como um impulsor para uma verdadeira revolução da contabilidade, caracterizada pela transição de um processo manual e rudimentar, para outro, digital e mais ágil.

Entende-se com isso que o SPED é, de certa forma, uma consequência do governo eletrônico, que por sua vez, é uma consequência de uma evolução da sociedade, que cada vez mais se utiliza da tecnologia da informação ao seu favor para facilitar e melhorar os procedimentos realizados no dia a dia.

2.3.2 Objetivos e benefícios

Segundo a Receita Federal do Brasil (2017), o SPED foi criado com os seguintes objetivos principais: i) promover a integração dos fiscos; ii) racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes; e iii) tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários.

Para Sebold et. al. (2012), dentre os objetivos citados, a preocupação do fisco a respeito dos ilícitos tributários chama a atenção, sendo que com a implantação do SPED o fisco muda seu foco, para ao invés de auditar o passado de uma empresa, estar mais atento ao presente da mesma, podendo, inclusive, projetar o futuro.

Lizote e Mariot (2012) complementam, quando afirmam que o SPED possibilita a identificação de atividades tributárias ilícitas de forma automática e eletrônica por meio de cruzamento de informações.

Quanto aos outros objetivos citados pela Receita Federal do Brasil (2017) - promover a integração dos fiscos e racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes - também são relevantes e necessários, uma vez que reduzem o custo de conformidade tributária para os contribuintes e permitem às

administrações tributárias consultarem todas as informações necessárias em um único banco de dados (SILVA FILHO et. al., 2015).

A Receita Federal do Brasil (2017) ainda cita os benefícios gerados pela implantação do SPED, sendo que Silva Filho et. al. (2015) agrupa esses benefícios de acordo com cada tipo de usuário beneficiado, conforme demonstrado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Benefícios esperados resultantes do SPED

AGENTE	BENEFÍCIOS
Contribuintes	<ul style="list-style-type: none"> ● Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel. ● Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias. ● Redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação. ● Redução de custos de logística.
Autoridades Tributárias	<ul style="list-style-type: none"> ● Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas. ● Maior agilidade no processo de fiscalização. ● Cruzamento de informações. ● Diminuição da sonegação.
Profissionais de contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Maior consistência e confiabilidade na emissão/escrituração de documentos fiscais. ● Novas oportunidades de emprego e negócios. ● Racionalização e simplificação das obrigações acessórias. ● Valorização da profissão contábil.
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ● Redução do consumo de papel. ● Redução da sonegação fiscal.

Fonte: SILVA FILHO et. al., 2015, pág. 54.

Outro benefício não citado pelo autor, mas que merece destaque, é a redução do “Custo Brasil”, que beneficia toda a sociedade, pois com a diminuição da sonegação fiscal, é esperado que o Governo tenha mais recursos para investir em demandas sociais. Além disso, com a diminuição dos custos da empresa com burocracia, papéis e exigências fiscais, o custo do processo produtivo também diminui, levando efeitos positivos para toda a sociedade (BRITZ et. al., 2010).

2.3.3 Subprojetos / módulos

2.3.3.1 Nota Fiscal Eletrônica

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi desenvolvida simultaneamente com o SPED, sendo que os mesmos encontros e estudos que foram essenciais para implantação do SPED também o foram para a NF-e. Assim, a NF-e pode ser considerada como o principal subprojeto do SPED.

Ressalta-se que a NF-e foi instituída antes mesmo do SPED, através do Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005, o qual define NF-e como

o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador (BRASIL, 2005).

Lizote e Mariot (2012) explicam que a NF-e consiste na emissão de uma nota fiscal digital, através de um arquivo em formato XML e que substitui as notas fiscais impressas de modelo 1 e 1-A, e que o intuito do Governo foi de facilitar os processos de fiscalização, pois, como ela será emitida antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, antes da mercadoria sair do estabelecimento, a administração tributária terá com exatidão todos os dados da movimentação de produtos, tributação e valores de faturamento em tempo real.

Porém, a NF-e não traz benefícios apenas ao fisco, mas também a outros agentes, como consumidores, empresas e sociedade, sendo que, a Receita Federal do Brasil (2017) os descreve, como mostrado no quadro 2.

Quadro 2 - Benefícios esperados resultantes da NF-e

AGENTE	BENEFÍCIOS
Administrações Tributárias	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal; ● Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos; ● Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito; ● Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação; ● Suporte ao SPED.
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ● Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio

	ambiente; ● Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias; ● Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas; ● Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica.
Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e)	● Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; ● Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e; ● Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais; ● Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores.
Contribuinte Vendedor (Emissor de NF-e)	● Redução de custos de impressão; ● Redução de custos de aquisição de papel; ● Redução de custos de envio do documento fiscal; ● Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais; ● Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF; ● Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira; ● Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Receita Federal do Brasil (2017).

Quanto à obrigatoriedade da emissão da NF-e, o protocolo

ICMS nº 10, de 18 de abril de 2007, a estabeleceu para as primeiras empresas. Desde então este dispositivo tem sido alterado e atualizado por vários outros protocolos. Em geral, não há uma regra, como por exemplo ramo econômico ou faturamento, para saber se a empresa é obrigada ou não a emissão da NF-e, sendo que é o protocolo ICMS nº 10/2007 que lista quais empresas têm essa obrigatoriedade.

Vale ressaltar que para todos que emitem a NF-e, devem emitir também o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), que é o documento que deve ser impresso para acompanhar a mercadoria durante o transporte, pois representa a NF-e.

2.3.3.2 Escrituração Contábil Digital

A Escrituração Contábil Digital (ECD), também conhecida como SPED Contábil, é um subprojeto do SPED e consiste, basicamente, na substituição dos livros contábeis em formato físico pelo formato digital.

Foi instituída através da Instrução Normativa RFB nº 878, de 19 de novembro de 2007, que posteriormente foi revogada e hoje é regida pela Instrução Normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017.

A Receita Federal do Brasil (2017) define ECD como a obrigação de transmitir, em versão digital, o livro diário e seus auxiliares, se houver; o livro razão e seus auxiliares, se houver; o livro balancetes diários, balanço e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. Ou seja, a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo.

Young (2009) explica que cada arquivo deve conter apenas um livro, e que estes deverão ser assinados digitalmente por meio de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). O autor ainda explica que os livros devem ser transmitidos ao SPED e que este, ao receber a ECD, extrai um resumo e o envia para a Junta Comercial competente para que o contribuinte possa realizar os devidos procedimentos de autenticação dos livros.

Lizote e Mariot (2012) enfatizam que depois que a Junta Comercial homologa os livros contábeis eletrônicos, não são permitidas retificações, sendo que as possíveis falhas ou erros na escrituração contábil devem ser corrigidas no exercício que é constatada e lançada como ajuste de exercícios anteriores, conforme o que as Normas Brasileiras de Contabilidade preconizam.

Quanto a obrigatoriedade da ECD, a Instrução Normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017, dispõe que deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter a escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive entidades imunes e isentas. Com exceção das empresas optantes pelo Simples Nacional, os órgãos públicos, autarquias e fundações públicas, e as pessoas jurídicas inativas (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

Para as demais pessoas jurídicas é facultativa a entrega da ECD, mas devido ao desenvolvimento tecnológico das empresas, acredita-se que é apenas questão de tempo para que todas a adotem.

2.3.3.3 Escrituração Fiscal Digital

Outro subprojeto do SPED é a Escrituração Fiscal Digital (EFD), também conhecida como SPED Fiscal. Instituída pelo Convênio ICMS nº 143/06, se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse das administrações tributárias, bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte (BRASIL, 2006).

Em resumo, pode ser considerada como a substituição dos documentos físicos por documentos digitais, tanto a escrituração como a impressão de livros fiscais, sendo que o Ajuste SINIEF nº 02, de 3 de abril de 2009, lista os livros que devem ser substituídos:

- Livro Registro de Entradas;
- Livro Registro de Saídas;
- Livro Registro de Inventário;
- Livro Registro de Apuração do IPI;
- Livro Registro de Apuração do ICMS;
- Documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP);
- Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.

(BRASIL, 2009).

Britz, et. al. (2010, pág. 7) aborda o tema explicando que a EFD é “um arquivo digital que contém as informações que devem ser repassadas pelo contribuinte ao fisco, para que este possa realizar a fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais das empresas”.

Quanto sua obrigatoriedade, o autor supracitado diz que a Receita Federal possui a lista dos obrigados, mas observa-se que as empresas optantes pelo regime do SIMPLES NACIONAL estão dispensadas desta obrigação. Sendo que o Ajuste SINIEF nº 2/09, institui a obrigação da EFD para todos os contribuintes do ICMS e/ou IPI.

Vale ressaltar que para validação deste arquivo ele deve ser assinado digitalmente e transmitido ao ambiente SPED.

2.3.3.4 Outros subprojetos / módulos

Além da NF-e, da ECD e da EFD, existem outros subprojetos que integram o SPED, que, de modo geral, possuem a mesma essência: a substituição de arquivos físicos por digitais.

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) foi instituído pelo AJUSTE SINIEF 09/07 e tem o intuito de documentar uma prestação de serviços de transporte, e pode ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos: Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8; Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9; Conhecimento Aéreo, modelo 10; Conhecimento de Transporte

Ferrovário de Cargas, modelo 11; Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferrovário de Cargas, modelo 27; Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7; Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas - CTMC, modelo 26 (BRASIL, 2007).

Para algumas instituições financeiras, a Instrução Normativa RFB nº 1571, de 02 de julho de 2015, trouxe a obrigatoriedade de apresentação da e-Financeira, que é constituída por um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras. Sendo que são obrigadas a apresentação da e-Financeira:

I - as pessoas jurídicas:

- a) autorizadas a estruturar e comercializar planos de benefícios de previdência complementar;
- b) autorizadas a instituir e administrar Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); ou
- c) que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, incluídas as operações de consórcio, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia de valor de propriedade de terceiros; e

II - as sociedades seguradoras autorizadas a estruturar e comercializar planos de seguros de pessoas.

(RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015).

Substituindo a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), há a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), que extinguiu a entrega da DIPJ desde o ano-calendário de 2014, para toda as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido.

Visando oferecer uma alternativa totalmente eletrônica para os documentos fiscais impressos utilizados no varejo, foi criado a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e). Ela é utilizada nas vendas ao consumidor final e substitui a nota fiscal de venda ao consumidor, modelo 2, e o cupom fiscal.

Quanto à prestação de serviços, há o subprojeto da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que visa documentar, de forma digital, as operações relativas à prestação de serviços.

Há também o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), que serve para vincular os documentos fiscais transportados na unidade de carga utilizada.

Por fim, tem-se Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o qual o define como um instrumento que visa unificar as

informações prestadas referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (BRASIL, 2014).

Segundo o portal do eSocial sua obrigatoriedade se deu em 1 de janeiro de 2018 para os empregadores e contribuintes com faturamento superior a R\$ 78 milhões, apurados no ano calendário de 2016, e em 1 de julho de 2018 aos demais empregadores e contribuintes, independentemente do valor de faturamento anual (BRASIL, 2017). O portal ainda destaca que o eSocial substituirá 15 obrigações acessórias, sendo elas:

- GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social;
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT;
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais;
- LRE - Livro de Registro de Empregados;
- CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho;
- CD - Comunicação de Dispensa;
- CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;
- QHT – Quadro de Horário de Trabalho;
- MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais;
- Folha de pagamento;
- GRF – Guia de Recolhimento do FGTS;
- GPS – Guia da Previdência Social.

Ressalta-se que há também o módulo eSocial do Empregador Doméstico, que já está disponível desde 01 de outubro de 2015 e visa o recolhimento unificado dos tributos e do FGTS para os empregadores domésticos.

Percebe-se assim, que todos os subprojetos do SPED caminham em direção a integração e simplificação do cumprimento das obrigações acessórias, podendo então, ser considerado útil e necessário para os contribuintes, fisco e sociedade em geral.

2.4 Resultados de outros estudos

Diversos estudos vêm sendo realizados com o intuito de analisar os impactos ocasionados pelo SPED e seus subprojetos, assim como as percepções dos profissionais e estudantes da área a respeito do assunto.

Geron et. al. (2011) teve como objetivo verificar se houve melhorias operacionais resultantes da adoção ao SPED, analisando a percepção dos contribuintes no estado de São Paulo. Verificou-se que, apesar dos contribuintes não obterem resultados satisfatórios em termos de redução no tempo de emissão de uma nota fiscal, maior agilidade e produtividade no recebimento de mercadorias e redução na aquisição de papel, pôde-se observar que os contribuintes que participaram da pesquisa obtiveram redução de custo razoável com a implantação do SPED, além de que a maioria acredita em uma melhora significativa na redução do número de obrigações acessórias, e muitos têm a perspectiva de que terão benefícios futuros.

Silva Filho e Silva Filho (2016) buscaram mensurar o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade, do município de João Pessoa, em relação ao SPED. O resultado foi insatisfatório, uma vez que mais de 50% dos respondentes apresentaram resultados abaixo da média.

Já a pesquisa de Jordão et. al. (2015) abrangeu a percepção de empresários, contadores e órgãos fiscalizadores sobre a adoção do SPED. Os resultados mostraram que há pontos divergentes, assim como pontos convergentes entre as percepções destas três categorias. Para os auditores fiscais, as empresas se encontram preparadas para adoção do SPED, o que não ocorrem na visão dos empresários e contadores. Assim como a redução de custos, que os órgãos fiscalizadores acreditam em tal redução, mas que os empresários e contadores indicam que ocorreu o contrário. Contudo, as três categorias de respondentes perceberam que com a utilização do SPED os órgãos fiscalizadores ficaram mais eficientes para identificar e combater fraudes tributárias, e que proporcionou melhorias no cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Outra pesquisa, realizada por Rocha e Carvalho (2012) buscou diagnosticar a percepção que os acadêmicos egressos do curso de Ciências Contábeis de Florianópolis possuem sobre SPED. Contatou-se que, da amostra pesquisada, apenas 11% dos acadêmicos afirmam conhecer o SPED, bem como seus respectivos subprojetos, sendo que 46% afirmam conhecer somente alguns subprojetos.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação do estudo

Para a caracterização deste estudo, usou-se a classificação feita por Beuren (2013), referente a três aspectos: i) quanto aos objetivos; ii) quanto aos procedimentos; e iii) quanto à abordagem do problema.

Quanto ao objetivo, esta pesquisa é classificada como descritiva. Cervo et. al. (2007) explica que a pesquisa descritiva não manipula as variáveis, mas somente correlaciona os fatos ou fenômenos através de observação, registros e análises e que aborda dados e problemas que não foram registrados em documentos, mas que merecem ser estudados.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa classifica-se primeiramente como bibliográfica, uma vez que a mesma é necessária para a realização de qualquer pesquisa Científica e que procura levantar explicações e discussões sobre algum assunto específico por meio de referências já publicadas por outros autores (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Beuren (2013) ainda ressalta que a pesquisa bibliográfica possui natureza teórica e que é por meio dela que se toma conhecimento sobre a produção científica já existente.

Também é classificada como levantamento ou *survey*, visto que esse tipo de pesquisa se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, sendo que os dados podem ser coletados com base em uma amostra da população (BEUREN, 2013).

Quanto à abordagem do problema esta pesquisa pode ser considerada como quantitativa, uma vez que este tipo de abordagem se caracteriza pelo uso de técnicas estatísticas, tanto na coleta de dados como no tratamento dos mesmos. Além disso, a abordagem quantitativa é comumente utilizada em estudos de levantamento, a fim de entender o comportamento de uma população (BEUREN, 2013).

3.2 Coleta e análise dos dados

A população foi formada pelos 140 estudantes matriculados no curso de Ciências Contábeis da UFJF-GV, que se distribuem em 7 períodos diferentes.

Considerando um erro amostral máximo de 7%, calculou-se o tamanho da amostra conforme as fórmulas a seguir:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad ; \quad n = \frac{N.n_0}{N+n_0}$$

Onde:

n_0 = primeira aproximação do tamanho da amostra;

n = tamanho da amostra;

N = população;

E_0 = Erro amostral tolerável.

Obteve-se como resultado um valor de $n = 83,0368$. Ou seja, para a amostra ser considerada válida, com uma margem de erro de 7%, seria necessária uma amostra de 84 alunos. Assim constituiu-se a amostra com 89 alunos que aceitaram participar da pesquisa. A representatividade da amostra, separada por período de curso é mostrado na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – População e amostra

Turma de ingresso	Período correspondente	População	Amostra	%
2018/01	1º	25	22	88,0%
2017/01	3º	33	23	69,7%
2016/01	5º	38	28	73,7%
2015/01	7º	14	7	50,0%
2014/01	9º	16	5	31,3%
2013/01	11º	8	1	12,5%
2012/02	12º	6	3	50,0%
Total		140	89	63,6%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados foi o questionário (anexo A). Este foi aplicado presencialmente dentro da própria universidade, no período entre 07/05/2018 e 18/05/2018.

O questionário foi elaborado compondo-se em 03 seções. A primeira seção foi para coleta dos dados pessoais, como idade, sexo, ingresso no curso e atuação profissional, e foi composta por seis questões.

A segunda seção foi para analisar o conhecimento dos respondentes a respeito de obrigações tributárias e trabalhistas, foi composta por 6 questões e abordou sobre as disciplinas estudadas pelos respondentes e seus conhecimentos em tributos, encargos sociais e obrigações acessórias.

A terceira e última seção foi para analisar o conhecimento dos respondentes a respeito do SPED. Composta por 11 questões, serviu para que o aluno julgasse seu nível de conhecimento sobre SPED e seu nível de preparação para atuação profissional nesta área.

O questionário totalizou em 23 perguntas, sendo 14 questões de múltipla escolha, 4 questões de respostas livres e 5 questões do tipo escalas sociais.

Como técnica de análise de dados foi utilizada uma análise descritiva, que é aquela em que se preocupa em descobrir e investigar a relação entre variáveis, utilizando técnicas estatísticas como cálculo de percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outras (BEUREN, 2013).

Na análise dos dados foi utilizado o *software Microsoft Excel* para tabulação das respostas e em seguida os dados foram exportados para o *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* para a realização da análise descritiva.

As técnicas estatísticas utilizadas para análise dos dados foram análise de frequência e média aritmética, que proporcionaram uma interpretação dos dados de forma a avaliar e tirar conclusões de acordo com a problemática e os objetivos da pesquisa.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados serão apresentados divididos em três tópicos, que se referem as três seções do questionário, sendo eles: identificação dos respondentes; conhecimentos tributários e trabalhistas; e conhecimentos sobre SPED.

4.1 Identificação dos respondentes

A primeira parte do questionário foi composta por informações referentes ao perfil dos respondentes. Da amostra selecionada foi possível perceber que o perfil predominante foi o sexo feminino com idade entre 17 e 20 anos. Mais precisamente, 60,7% dos respondentes eram do sexo feminino e 54% tinham entre 17 e 20 anos, como pode ser observado na tabela 2, abaixo.

Tabela 2 – Perfil dos respondentes

SEXO	Frequência	%
Feminino	54	60,7%
Masculino	35	39,3%
Total	89	100%

IDADE	Frequência	%
17 a 20	47	52,8%
21 a 24	25	28,1%
25 a 28	4	4,5%
29 a 32	9	10,1%
33 a 36	2	2,2%
Omisso	2	2,2%
Total	89	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Quanto ao período de curso em que os alunos estão, não há como precisar, uma vez que há alunos irregulares, sendo assim, os alunos foram separados por ingresso no curso, e classificados quanto ao período correspondente ao seu ingresso. Sendo que a maioria dos alunos se concentram entre o primeiro e terceiro período, como visto na tabela 3.

Tabela 3 – Período de curso

Ingresso no Curso	Período Correspondente	Frequência	%
2018/1	1º	22	24,7%
2017/1	3º	23	25,8%
2016/1	5º	28	31,5%
2015/1	7º	7	7,9%
2014/1	9º	5	5,6%
2013/1	11º	1	1,1%
2012/2	13º	3	3,4%
Total	-	89	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Em relação à atuação profissional, 83,10% dos respondentes nunca trabalharam e/ou estagiaram na área de contabilidade. Sendo que dos 16,9% que já trabalharam e/ou estagiaram na área de contabilidade, 53,3% destes atuaram no setor contábil e 40% destes no setor fiscal, e ainda 53,3% destes atuaram em empresas de prestação de serviços contábeis, como mostra na tabela 4.

Tabela 4 – Atuação profissional

ATUAÇÃO PROFISSIONAL	Frequência	%
Atualmente trabalho e/ou estagio na área de contabilidade	7	7,9%
Já trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade há mais de 5 anos atrás	4	4,5%
Já trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade há menos de 5 anos atrás	4	4,5%
Nunca trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade	74	83,1%
Total	89	100%

ÁREA DE ATUAÇÃO	Frequência	%
Setor Contábil	8	53,3%
Setor Fiscal	6	40,0%
Departamento Pessoal	2	13,3%
Gestão Financeira	1	6,7%
Contabilidade Pública	1	6,7%

TIPO DE EMPRESA	Frequência	%
Empresa de prestação de serviços contábeis	8	53,3%
Autônomo na prestação de serviços contábeis	2	13,3%
Consultoria relacionada à contabilidade	1	6,7%
Micro ou pequena empresa	5	33,3%
Empresa de médio porte	4	26,7%
Empresa de grande porte ou multinacional	3	20,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

4.2 Conhecimentos tributários e trabalhistas

Após identificar o perfil dos respondentes, foi verificado o conhecimento dos mesmos em relação as obrigações tributárias e trabalhistas, uma vez que algumas destas obrigações estão sendo realizadas através de módulos do SPED.

Quanto às disciplinas já cursadas ou em curso, 56,2% dos respondentes ainda não cursaram nenhuma disciplina relacionada à tributação e 70,5% dos respondentes não cursaram nenhuma disciplina relacionada às obrigações trabalhistas, como pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 – Disciplinas cursadas

Disciplinas Cursadas relacionadas com Tributação	Frequência	%
Gestão e Legislação Tributária	38	42,7%
Planejamento tributário	36	40,4%
Ainda não cursei disciplinas relacionadas com tributação	50	56,2%
Disciplinas relacionadas no Curso de Direito	1	1,1%
Disciplinas Cursadas relacionadas com Obrigação trabalhista	Frequência	%
Gestão e Legislação do Trabalho e Social	23	26,1%
Tópicos especiais em contabilidade	3	3,4%
Ainda não cursei disciplinas relacionadas à obrigação trabalhista	62	70,5%
Disciplinas relacionadas no Curso de Direito	1	1,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Em relação ao conhecimento que os respondentes têm sobre os tributos e encargos sociais, a respeito do ICMS, 3,4% dizem não conhecer e 10,3% já ouviram falar, mas não sabem do que se trata. Quanto ao IPI estes percentuais são 14,6% e 5,6% respectivamente. Ou seja, a grande maioria dos respondentes têm algum tipo de conhecimento sobre o ICMS (86,3%) e sobre o IPI (79,8%).

O mesmo acontece em relação aos encargos sociais, pois somente 2,2% dos respondentes dizem não conhecer o INSS e 3,4% já ouviram falar, mas não sabem do que se trata. Sendo que quanto ao FGTS esses percentuais são 2,2% e 10,1%, respectivamente, mostrando assim que a grande maioria também tem algum tipo de conhecimento sobre estes encargos sociais (94,4% sobre o INSS e 87,7% sobre o FGTS).

Estes dados sugerem que os alunos já conseguem ter algum tipo de contato com esses tributos e encargos sociais antes mesmo de cursarem alguma disciplina específica para estudo destes, como pode ser observado na tabela 6.

Tabela 6 – Conhecimento em tributos e encargos sociais

	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não conheço seu fato gerador e nem suas obrigações acessórias	Sei do que se trata e conheço seu fato gerador, mas não conheço suas obrigações acessórias	Conheço bem, desde o fato gerador até suas obrigações acessórias
TRIBUTOS					
ICMS	3,4%	10,3%	12,6%	35,6%	37,9%
IPI	14,6%	5,6%	9,0%	38,2%	32,6%
ENCARGOS SOCIAIS					
INSS	2,2%	3,4%	29,2%	34,8%	30,3%
FGTS	2,2%	10,1%	23,6%	37,1%	27,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

O motivo de se ter analisado somente estes tributos e estes encargos sociais é devido ao fato de que estes são os mais diretamente impactados pelo SPED e seu subprojetos, assim como foi verificado também o conhecimento dos alunos em relação às obrigações acessórias mais diretamente impactadas pelo SPED, o qual o resultado é mostrado na tabela 7, sendo separadas pelo subprojeto do SPED pelo qual estas obrigações acessórias estão sendo substituídas.

Tabela 7 – Conhecimento em relação às obrigações acessórias*

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não sei como se dá o preenchimento, nem sua transmissão ao fisco	Sei do que se trata e como preencher, mas não sei como é realizada sua transmissão ao fisco	Conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão
ECD					
Demonstrações Contábeis	1,1%	0,0%	13,5%	41,6%	43,8%
Livro Diário	1,1%	0,0%	13,5%	38,2%	47,2%
Livro Razão	1,1%	1,1%	15,7%	40,4%	41,6%
EFD					
Livro Registro de Entrada	13,6%	12,5%	20,5%	28,4%	25,0%
Livro Registro de Saída	13,6%	12,5%	20,5%	29,5%	23,9%
Livro Registro de Apuração do IPI	40,4%	18,0%	24,7%	16,9%	0,0%
Livro Registro de Apuração do ICMS	38,2%	18,0%	27,0%	15,7%	1,1%
eSocial					
GFIP	57,3%	10,1%	20,2%	7,9%	4,5%

RAIS	55,7%	9,1%	21,6%	12,5%	1,1%
CAGED	58,1%	14,0%	16,3%	8,1%	3,5%
NF-e					
Nota Fiscal	6,8%	17,0%	27,3%	18,2%	30,7%
ECF					
DIPJ	62,9%	5,6%	16,9%	13,5%	1,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

*Dos 140 alunos (100%), 89 alunos (63,6%) responderam à pesquisa, 51 alunos (36,4%) não responderam.

Os resultados mostram que em relação às obrigações acessórias que estão sendo substituídas pela ECD, os respondentes possuem conhecimento sobre elas, sendo que 43,8% dizem conhecer bem sobre as demonstrações contábeis, inclusive como se dá sua transmissão ao fisco, e 41,6% dizem saber como preencher, mas não como se dá sua transmissão. Quanto ao livro diário estes resultados foram 47,2% e 38,2%, respectivamente. E quanto ao livro razão estes resultados foram 41,6% e 40,4%, respectivamente.

Sobre as obrigações acessórias que estão sendo substituídas pela EFD, os resultados mostram que o conhecimento dos alunos é menor se comparado à ECD. Em relação ao livro de registro de entrada, a maioria sabe do que se trata, porém 20,5% não sabe como se dá o preenchimento e nem como é realizada a transmissão ao fisco, 28,4% sabe como preencher, mas não sabe como é realizada a transmissão ao fisco e 25% conhecem bem, inclusive sobre a transmissão. Em relação ao livro de registro de saída estes valores são 20,5%, 29,5% e 23,9%, respectivamente.

Já as obrigações acessórias que estão sendo substituídas pelo eSocial os resultados não são satisfatórios, pois mostram que a maioria dos respondentes não possuem nenhum conhecimento sobre elas. Sendo que 57,3% não conhecem a GFIP, 55,7% não conhecem a RAIS e 58,1% não conhecem o CAGED.

Sobre a nota fiscal, 30,7% dos respondentes dizem conhecer bem, inclusive como se dá a transmissão ao fisco, 18,2% dizem que sabem como preencher, mas não sabem como se faz sua transmissão e 27,3% sabem do que se trata, mas não sabem como preencher e nem como transmitir ao fisco.

Já os resultados da DIPJ, que está sendo substituída pela ECF, 62,9% dos alunos dizem não conhecer.

Em resumo, os resultados são compatíveis com a proporção de alunos que ainda não cursaram nenhuma disciplina relacionada a tributação, mostrando assim

que os respondentes possuem conhecimentos sobre tributos e encargos sociais antes de cursarem disciplinas relacionadas a estes, porém só possuem conhecimentos sobre as obrigações acessórias depois de cursarem suas respectivas disciplinas específicas.

4.3 Conhecimentos sobre SPED

Para se avaliar o conhecimento dos respondentes a respeito do SPED, foi realizada uma pergunta direta, sendo que 62,9% dos alunos disseram não conhecer o SPED, 33,7% obteve conhecimento na Universidade, 3,4% obteve conhecimento no mercado de trabalho e 1,1% obteve conhecimento por meio da internet, como se pode observar na tabela 8.

Tabela 8 – Conhecimento sobre SPED

SOBRE O SPED	Frequência	%
Obteve conhecimentos na Universidade	30	33,7%
Obteve conhecimentos no mercado de trabalho	3	3,4%
Não conhece o SPED	56	62,9%
Internet	1	1,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Procurou saber também se os alunos estudaram sobre SPED em alguma disciplina do curso, os resultados mostraram que 23,6% dos respondentes já estudaram, sendo que destes, 4,8% já estudou na disciplina de Contabilidade Avançada e 95,2% já estudou na disciplina de Contabilidade e Planejamento Tributário.

Também procurou saber se algum professor já falou sobre o SPED em sala de aula, mesmo não tendo o assunto na ementa da disciplina. 38,2% dos alunos disseram já ter ouvido algum professor falando sobre o assunto, sendo que destes, a maioria, 58,1%, ouviu na disciplina de Contabilidade e Planejamento Tributário, seguido pelas disciplinas de Contabilidade Básica II e Contabilidade Básica I, sendo ouvido por 16,1% e 12,9%, respectivamente. As disciplinas Auditoria I, Contabilidade Avançada I, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Metodologia de Pesquisa e Prática Contábil também foram citadas, o que pode ser observado na tabela 9.

Nota-se que a disciplina de Contabilidade e Planejamento Tributário, é citada tanto como tendo sido estudado sobre o SPED como também tendo sido apenas

falado pelo professor mesmo sem ter o assunto na ementa da disciplina, o que sugere que boa parte dos alunos não sabem se o assunto está ou não na ementa da disciplina. Sendo assim, para fins de esclarecimento, foi pesquisado no Plano Pedagógico Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UFJF/GV e constatado que SPED não está inserido na ementa da disciplina de Contabilidade e Planejamento Tributário, mas observa-se que os professores que ministram essa disciplina costumam abordar sobre o assunto em suas aulas. Constatou-se também que SPED está inserido na ementa da disciplina Prática II e no plano de ensino das disciplinas Prática I e Prática II, porém, estas disciplinas só foram citadas por um aluno, que não identificou se tratava-se da disciplina de Prática I ou II, como pode ser observado na tabela 9.

Tabela 9 – Estudo do SPED em disciplinas do curso

ESTUDOU SOBRE SPED	Frequência	%
Sim	21	23,6%
Não	68	76,4%
Total	89	100,0%

DISCIPLINAS	Frequência	%
Contabilidade Avançada	1	4,8%
Contabilidade e Planejamento Tributário	20	95,2%

OUVIU SOBRE SPED	Frequência	%
Sim	34	38,2
Não	55	61,8
Total	89	100,0%

DISCIPLINAS	Frequência	%
Auditoria I	1	3,2%
Contabilidade Avançada I	3	9,7%
Contabilidade Básica I	4	12,9%
Contabilidade Básica II	5	16,1%
Contabilidade e Planejamento Tributário	18	58,1%
Estrutura das Demonstrações Contábeis	1	3,2%
Metodologia	1	3,2%
Prática Contábil	1	3,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

A respeito de cursos e outros tipos de capacitação sobre o SPED, somente dois respondentes já participaram de algum tipo de capacitação, o que resultou em 2,2%. Destes dois alunos que já participaram, um participou de treinamento sobre SPED e de projeto de pesquisa, e o outro aluno já participou de congresso e/ou afins, como pode ser visto na tabela 10.

Tabela 10 – Capacitação sobre SPED

PARTICIPOU DE CAPACITAÇÃO	Frequência	%
Sim	2	2,2%
Não	87	97,8%
Total	89	100,0%

TIPO DE CAPACITAÇÃO	Frequência	%
Congressos, seminários, encontros, etc.	1	50%
Treinamento sobre SPED	1	50%
Projeto de Pesquisa	1	50%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Em relação à atuação com SPED no mercado de trabalho, somente três respondentes já trabalharam com algum subprojeto do SPED, representando 3,4% dos respondentes. Sendo que destes três alunos, um deles trabalhou com NFS-e, NF-e, CT-e e ECF, outro trabalhou com NFS-e e NF-e, e o outro aluno trabalhou com NF-e, como mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Experiência profissional com SPED

TRABALHOU COM SPED	Frequência	%
Sim	3	3,4%
Não	86	96,6%
Total	89	100,0%

SUBPROJETOS TRABALHADOS	Frequência	%
NFS-e: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica	2	66,7%
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	3	100,0%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	1	33,3%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	1	33,3%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Foi perguntado aos alunos, qual o julgamento deles a respeito de seus níveis de conhecimento em cada subprojeto do SPED, observa-se, na tabela 12, que a resposta predominante em praticamente todos os subprojetos foi “desconheço totalmente”, exceto em NF-e, em que a resposta predominante foi “conheço parcialmente”.

Tabela 12 – Nível de conhecimento nos subprojetos do SPED

SUBPROJETOS	Desconheço totalmente	Desconheço parcialmente	Conheço parcialmente	Conheço totalmente	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	27,3%	9,1%	44,3%	15,9%	3,4%
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	37,1%	15,7%	33,7%	9,0%	4,5%
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	44,8%	16,1%	29,9%	4,6%	4,6%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	55,7%	23,9%	14,8%	2,3%	3,4%
ECD: Escrituração Contábil Digital	44,9%	18,0%	30,3%	3,4%	3,4%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	43,8%	19,1%	28,1%	4,5%	4,5%
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	52,8%	23,6%	16,9%	1,1%	5,6%
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	51,7%	21,3%	20,2%	1,1%	5,6%
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	65,9%	15,9%	12,5%	0,0%	5,7%
e-Financeira	63,6%	17,0%	12,5%	1,1%	5,7%
e-Social	50,0%	20,5%	21,6%	2,3%	5,7%
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	70,5%	13,6%	10,2%	0,0%	5,7%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Foi comparado os resultados da tabela 12 com os resultados da tabela 7 (conhecimentos em relação às obrigações acessórias). Para isso fez-se uma média das respostas das obrigações acessórias separando-as pelos subprojetos pelas quais estão sendo substituídas, o qual obteve-se a tabela 13.

Observa-se que os resultados quanto as obrigações acessórias relacionadas com EFD, eSocial e ECF são compatíveis com as respostas da tabela 12, uma vez que quanto as obrigações acessórias predominaram-se a resposta “não conheço” e

quanto aos subprojetos predominou-se a resposta “desconheço totalmente”. O mesmo ocorreu com as obrigações acessórias relacionadas com NF-e, em que se predominou a resposta “conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão” e quanto ao subprojeto NF-e predominou-se a resposta “conheço parcialmente”.

Observa-se, porém, que quando perguntados sobre as obrigações acessórias relacionadas à ECD, a resposta predominante foi “conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão”, e quanto ao subprojeto a resposta predominante foi “desconheço totalmente”. Isto sugere que os respondentes conhecem bem sobre demonstrações contábeis, livros diário e livro razão, porém ainda não sabem que estas obrigações acessórias estão sendo substituídas pela ECD. Ou seja, possuem um conhecimento incompleto, como visto na tabela 13.

Tabela 13 – Conhecimento em obrigações acessórias resumidas por subprojetos do SPED

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não sei como se dá o preenchimento, nem sua transmissão ao fisco	Sei do que se trata e como preencher, mas não sei como é realizada sua transmissão ao fisco	Conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão
ECD	1,1%	0,4%	14,2%	40,1%	44,2%
EFD	26,5%	15,2%	23,1%	22,6%	12,5%
eSocial	57,0%	11,1%	19,4%	9,5%	3,0%
NF-e	6,8%	17,0%	27,3%	18,2%	30,7%
ECF	62,9%	5,6%	16,9%	13,5%	1,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Analisou-se também como os respondentes julgavam seus níveis de preparação para o mercado de trabalho em cada subprojeto do SPED, os resultados mostraram que em todos os subprojetos a maioria dos alunos se consideram totalmente despreparados para atuarem no mercado de trabalho. Como pode-se observar na tabela 14.

Tabela 14 – Nível de preparação para o mercado de trabalho

SUBPROJETOS	Totalmente despreparado	Parcialmente despreparado	Parcialmente preparado	Totalmente preparado	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	49,4%	20,2%	16,9%	6,7%	6,7%
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	56,2%	20,2%	10,1%	6,7%	6,7%
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	62,9%	19,1%	7,9%	3,4%	6,7%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	71,6%	13,6%	4,5%	3,4%	6,8%
ECD: Escrituração Contábil Digital	67,4%	14,6%	10,1%	1,1%	6,7%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	68,5%	13,5%	10,1%	1,1%	6,7%
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	70,8%	16,9%	5,6%	0,0%	6,7%
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	70,8%	16,9%	5,6%	0,0%	6,7%
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	75,3%	14,6%	3,4%	0,0%	6,7%
e-Financeira	73,0%	14,6%	5,6%	0,0%	6,7%
e-Social	69,7%	16,9%	6,7%	0,0%	6,7%
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	77,5%	12,4%	3,4%	0,0%	6,7%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Por fim, foi realizada uma comparação entre os períodos de curso e o nível de conhecimentos dos alunos em cada subprojeto do SPED, sendo que cada respondente pôde julgar seu nível de conhecimento dando uma das seguintes respostas: desconheço totalmente (DT); desconheço parcialmente (DP); conheço parcialmente (CP); conheço totalmente (CT) e; não consigo responder (NC). As

repostas predominantes em cada período e em cada subprojeto são apresentadas na tabela 15, a seguir.

Tabela 15 – Conhecimentos nos subprojetos do SPED por período de curso

SUBPROJETOS SPED	Períodos						
	1º	3º	5º	7º	9º	11º	12º
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	CP	DT	CP	CP	CP	CT	CP
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	DT	DT	DT / CP	CP	CP	CP	CP
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	DT	DT	DT	CP	CP	CP	CP
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	DT	DT	DT	DT / DP	DP / CP	DP	CP
ECD: Escrituração Contábil Digital	DT	DT	DT	DT / DP / CP	CP	CP	CP
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	DT	DT	DT	DT / DP / CP	CP	CP	CP
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	DT	DT	DT	DT / DP	CP	DP	CP
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	DT	DT	DT	CP	CP	DP	CP
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	DT	DT	DT	DT	DP	DP	CP
e-Financeira	DT	DT	DT	DT / DP	CP	DP	CP
e-Social	DT	DT	DT	CP	CP	DP	CP

MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	DT	DT	DT	DT	DP	DP	DT
---	----	----	----	----	----	----	----

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

Observa-se que quanto mais se avança nos períodos, maior é o nível de conhecimento dos alunos, sendo que, as respostas predominantes do primeiro, terceiro e quinto períodos, em praticamente todos os subprojetos são “desconheço totalmente”, com exceção da NF-e, em que as respostas do primeiro e do quinto períodos foram “conheço parcialmente”, e em NFS-e em que as respostas predominantes do quinto período ficaram empatadas em “desconheço totalmente” e “conheço parcialmente”. E as respostas predominantes do último período, em praticamente todos os subprojetos foram “conheço parcialmente”, com exceção de MDF-e, em que a resposta predominante foi “desconheço totalmente”.

De igual modo foi realizada uma comparação entre os períodos de curso e o nível de preparação para o mercado de trabalho em cada subprojeto do SPED, sendo que cada respondente pôde julgar seu nível de preparação dando uma das seguintes respostas: totalmente despreparado (TD); parcialmente despreparado (PD); parcialmente preparado (PP); totalmente preparado (TP) e; não consigo responder (NC). As repostas predominantes em cada período e em cada subprojeto são apresentadas na tabela 16.

Tabela 16 – Nível de preparação para o mercado de trabalho por período de curso

SUBPROJETOS SPED	Períodos						
	1º	3º	5º	7º	9º	11º	12º
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	TD	TD	TD	PD	PP	PP	PD / PP / TD
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	TD	TD	TD	PD	PP / TD	PD	PD / PP / TD
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	TD	TD	TD	PD	PD / PP	PD	PD / PP / TD

CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	TD	TD	TD	TD	PD / TD	TD	PD / PP / TD
ECD: Escrituração Contábil Digital	TD	TD	TD	TD	PD / TD	TD	PD / PP / TD
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	TD	TD	TD	TD	PD / TD	TD	PD / PP / TD
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	TD	TD	TD	TD	PD	TD	PD / PP / TD
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	TD	TD	TD	TD	PD	TD	PD / PP / TD
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	TD	TD	TD	TD	TD	TD	PD / PP / TD
e-Financeira	TD	TD	TD	TD	TD	TD	PD / PP / TD
e-Social	TD	TD	TD	TD	TD	TD	PD / PP / TD
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	TD	TD	TD	TD	TD	TD	PD / PP / TD

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2018).

De modo geral, observa-se que em praticamente todos os subprojetos e em todos os períodos de curso os respondentes não se consideram aptos a atuarem no mercado de trabalho do SPED.

Neste sentido, baseando-se nas análises realizadas, pode-se inferir as seguintes conclusões:

i) Os alunos já possuem algum tipo de conhecimento em obrigações tributárias e trabalhistas antes mesmo de cursarem disciplinas específicas para este fim, porém, só possuem conhecimentos a respeito das obrigações acessórias após cursarem as respectivas disciplinas;

ii) No que tange às demonstrações contábeis e os livros diário e razão, os alunos possuem conhecimentos desde o primeiro período de curso, se auto julgando conhecedores desde o preenchimento até como se faz sua transmissão ao fisco, porém, observa-se que eles não conhecem sobre a ECD e a substituição dos livros e demonstrações contábeis;

iii) O tema SPED está inserido na ementa da disciplina Prática II e nos planos de ensino das disciplinas Prática I e Prática II. Mas é abordado de forma geral por professores de disciplinas diversas, em especial na disciplina de Contabilidade e Planejamento Tributário, sendo pouco abordado nas disciplinas Prática I e Prática II;

iv) De forma geral, os alunos desconhecem os subprojetos do SPED, mas quando a análise é realizada por período de curso, nota-se que o conhecimento dos alunos vai aumentando de acordo com os períodos. Porém, a respeito da preparação para o mercado de trabalho, os alunos, em sua maioria, se consideram despreparados para atuarem com o SPED, sendo que quando analisado de acordo com os períodos de curso, este despreparo continua mesmo com o avanço dos períodos; e

v) Poucos alunos possuem experiência profissional na área de contabilidade, assim a maioria do conhecimento que eles possuem a respeito do SPED advém da própria Universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal, verificar a percepção que os estudantes do curso de Ciências Contábeis da UFJF-GV têm a respeito do conhecimento que possuem sobre SPED. Para atingir este objetivo, foi realizada, primeiramente, uma revisão bibliográfica da literatura existente, a fim de relatar sobre o SPED, seus subprojetos e sobre os assuntos que os envolvem. Após, foi aplicado um questionário para uma amostra dos alunos, e realizada a análise das respostas por meio de técnicas estatísticas.

A análise dos dados obtidos, foi suficiente para atingir o objetivo principal e os objetivos específicos, os quais foram: i) averiguar se este tema é abordado em disciplinas da grade curricular dos alunos; ii) avaliar o conhecimento dos alunos em relação às obrigações acessórias; iii) verificar o conhecimento que os alunos têm sobre o SPED e seus subprojetos; iv) verificar se os alunos buscam outros métodos de conhecimento a respeito do tema, além dos cotidianos em sala de aula; e v) comparar as respostas obtidas, separando-as por períodos de curso dos alunos.

Observa-se que, quanto ao primeiro objetivo, pôde-se concluir que o assunto SPED está inserido na ementa da disciplina Prática I e nos planos de ensino das disciplinas Prática I e Prática II, porém nestas disciplinas os alunos não reconhecem a abordagem deste assunto. Contudo, o tema SPED tem sido explorado por professores de algumas disciplinas, mas observa-se que os alunos ainda não se sentem preparados para atuarem com SPED no mercado de trabalho.

A respeito do segundo objetivo, a conclusão obtida foi que em relação às obrigações acessórias contábeis, os alunos se julgam bons conhecedores do assunto, porém, em relação às obrigações acessórias tributárias e trabalhistas, a grande maioria dos alunos não possuem nenhum conhecimento. Mas destaca-se que este resultado pôde ter sido obtido devido à maioria dos alunos ainda não terem feito disciplinas relacionadas a obrigações trabalhistas e tributárias. Ainda assim, entre os que já cursaram estas disciplinas, percebe-se que o conhecimento é maior em relação às obrigações tributárias, uma vez que os alunos se julgam conhecedores plenos destas obrigações, ao passo que das obrigações trabalhistas o conhecimento deles é apenas parcial.

Quanto ao quarto objetivo, verificou-se que os alunos não buscam outros tipos de conhecimento a respeito do SPED além dos obtidos em sala de aula, uma vez que

97,8% dos respondentes nunca participaram de nenhum tipo de capacitação a respeito do SPED e/ou seus subprojetos. Além disso, 96,6% dos respondentes nunca trabalharam com SPED e/ou seus subprojetos.

A respeito do terceiro e do quinto objetivo, concluiu-se que em geral, o nível de conhecimento dos alunos é baixo, porém, este nível vai aumentando conforme vão avançando nos períodos, sendo que o conhecimento dos alunos na maioria dos subprojetos do SPED passa de desconheço totalmente entre os alunos do primeiro período, para conheço parcialmente, entre os alunos do último período.

Vale destacar que o SPED ainda está em fase de implantação nas empresas, sendo que os seus subprojetos estão em constante atualizações, por exemplo, durante a elaboração desta pesquisa houve mudanças em leis que regem sobre o tema. Assim, a partir dos resultados obtidos, sugere-se à UFJF/GV o oferecimento de cursos extracurriculares sobre SPED aos alunos do curso de Ciências Contábeis.

Para futuras pesquisas, sugere-se: aumentar a amostra para outras universidades; comparar o nível de conhecimento dos alunos de instituições públicas com os de instituições privadas; explorar outras técnicas estatísticas mais avançadas; e avaliar o nível de conhecimento de profissionais contábeis a respeito deste tema.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Ajuste SINIEF nº 2, de 3 de abril de 2009. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD. **Diário Oficial da União**, Teresina, 08 abr. 2009. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2009/AJ_002_09>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005. Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. **Diário Oficial da União**, Manaus, 05 out. 2005. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2005/AJ_011_05_007_05>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL. Ajuste SINIEF nº 9, de 25 de outubro de 2007. Institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 out. 2007. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2007/AJ_009_07>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. **Conheça o eSocial**. 29 mar. 2017. Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Convênio ICMS 143/06. Institui a Escrituração Fiscal Digital – EFD. **Diário Oficial da União**. Macapá, 20 dez. 2006. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2006/CV143_06>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm>. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 dez. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRITZ, Carla Maria et. al. Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos gestores das cooperativas agropecuárias catarinenses sobre os prováveis benefícios produzidos com sua implantação. **Associação Brasileira de Custos**, São Leopoldo, v.5, n.3, p.1-23, set./dez. 2010. Disponível em:

<<https://abcustos.emnuvens.com.br/abcustos/article/view/180/246>>. Acesso em: 19 out. 2017.

CERVO, Amado Luiz et al. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GERON, Cecília Moraes Santostaso et al. SPED – Sistema público de escrituração digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v.5, n.2, p.44-67, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/343/128>>. Acesso em: 20 out. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JORDÃO, Ricardo Vinícius Dias et al. Um caleidoscópio de perspectivas sobre o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 26, p. 119-140, mai./ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2015v12n26p119/31271>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

LIZOTE, Suzete Antonieta; MARIOT, Diego Menin. A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. **Revista de Gestão e Tecnologia – Navus**, Florianópolis, v.2, n.2, p.17-25, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/73/52>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENEZES, João Paulo Calemba Batista. Governo Eletrônico: introdução do SPED em Portugal baseado no modelo brasileiro. **Revista Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v.12, n.29, p.4-18, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2012v12n29p4>>. Acesso em: 20.out. 2017.

PETRI, Sérgio Murilo et al. Escrituração Fiscal Digital (EFD): vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada. **Revista Catarinense da Ciência Contábil - CRCSC**, Florianópolis, v.12, n.36, p.53–69, ago./nov. 2013. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1814/1688>>. Acesso em: 18 out. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Carga tributária no Brasil 2015**: análise por tributos e bases de incidência. Brasília: Receita Federal do Brasil, 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2015.pdf/view>>. Acesso em: 30 out. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Conheça a NF-e**. 2017. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=#o5pqecSMQJw=>>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Conheça o SPED**: histórico. 2017. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/966>>. Acesso em: 24 out. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Conheça o SPED**: Objetivos. 2017. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967>>. Acesso em: 31 out. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **ECD**: O que é. 2017. Disponível em <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 1571, de 02 de julho de 2015. Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 jul. 2015. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=65746>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD). **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 dez. 2017. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=88912#1839513>>. Acesso em: 07/06/2018.

ROCHA, Stephanie Kalynka; CARVALHO, Fernando Nitz de. Análise da percepção dos acadêmicos egressos do curso de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior públicas da grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v.11, n.31, p. 23-36, dez./mar. 2012. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1256/1174>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos; HONORÍFICA, Mención. **Governo Eletrônico**: o que se deve e o que não se deve fazer. XVI Concurso de Ensayos y Monografías del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública, ANAIS, Caracas 2002. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/governo-eletr%C3%B4nico-o-que-se-deve-e-o-que-n%C3%A3o-se-deve-fazer>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SEBOLD, Marcia et al. Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED. In: 4º Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, Florianópolis. Anais... Paraná: **Enfoque Reflexão Contábil**, v.31, n.2, p.23-32, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/14603/9520>>. Acesso em: 19 out. 2017.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da et. al. Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade – RMC**, Belo Horizonte, v.16, n.3, p.50-60, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=169&path%5B%5D=109>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da et. al. Impacto nos custos decorrentes da adoção do SPED: um estudo realizado em empresas do município de João Pessoa. **Registro Contábil**, Maceió, v.6, n.1, p.1-20, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/1186/pdf_37>. Acesso em: 20 out. 2017.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da; SILVA FILHO, Paulo Amilton Maia da. Nível de conhecimento dos contadores em relação ao Sped: um estudo exploratório por meio da teoria da resposta ao item. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.18, n. 65, p. 28-39, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2664/2209>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SILVA, Luiz Carlos da et al. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **Revista de Gestão e Tecnologia – Navus**, Florianópolis, v.4, n.1, p.49-63, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/122/141>>. Acesso em: 19 out. 2017.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO – NÍVEL DE CONHECIMENTO EM RELAÇÃO AO SPED

Prezado (a) participante,

Este questionário é parte do trabalho de conclusão de curso da graduanda em Ciências contábeis Aline Cristina Campos Assunção, da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares. Pedimos sua colaboração para a pesquisa, respondendo as questões que são relativas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que levará em média 7 minutos.

Destacamos que as respostas coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins didáticos e que o participante de modo algum será identificado.

Vale ressaltar que sua colaboração é de extrema importância para um bom desempenho e resultado da pesquisa. Por isso agradecemos sua participação!

SEÇÃO 1 – DADOS PESSOAIS

1) Idade: _____

2) Sexo:

() Masculino () Feminino () Outros: _____

3) Ingresso no Curso:

() 2012/2 () 2013/1 () 2014/1 () 2015/1

() 2016/1 () 2017/1 () 2018/1

4) Atuação profissional:

() Nunca trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade

() Já trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade há mais de 5 anos atrás

() Já trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade há menos de 5 anos atrás

() Atualmente trabalho e/ou estagio na área de contabilidade

5) Caso já tenha trabalhado e/ou estagiado ou ainda trabalhe e/ou estagie na área de contabilidade, indique qual área:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- Departamento Pessoal
- Setor Fiscal
- Setor Contábil
- Gestão Financeira
- Auditoria
- Docência no Ensino Superior ou Técnico
- Gerencial (Contabilidade gerencial, de custos, orçamento, planejamento, etc)
- Perícia
- Planejamento Tributário
- Contabilidade Pública
- Outros: _____

6) Caso já tenha trabalhado e/ou estagiado ou ainda trabalhe e/ou estagie na área de contabilidade, indique qual tipo de empresa:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- Empresa de prestação de serviços contábeis
- Autônomo na prestação de serviços contábeis
- Consultoria relacionada à contabilidade
- Micro ou pequena empresa
- Empresa de médio porte
- Empresa de grande porte ou multinacional
- Estatal, autarquia, fundação, ONG
- Instituição de Ensino
- Outros: _____

SEÇÃO 2 – CONHECIMENTOS TRIBUTÁRIO E TRABALHISTA

7) Quais disciplinas relacionadas à tributação você já cursou:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- Gestão e Legislação Tributária
- Planejamento tributário
- Ainda não cursei disciplinas relacionadas com tributação
- Outras: _____

8) Julgue seu nível de conhecimento a respeito dos tributos que seguem:

Marque um X em cada linha.

	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não conheço seu fato gerador e nem suas obrigações acessórias	Sei do que se trata e conheço seu fato gerador, mas não conheço suas obrigações acessórias	Conheço bem, desde o fato gerador até suas obrigações acessórias
IPTU					
ISS					
ITBI					
IPVA					
ICMS					
IPI					
IRPF					
IRPJ					
CSLL					

9) Quais disciplinas relacionadas a obrigações trabalhista você já cursou:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- () Gestão e Legislação do Trabalho e Social
 () Tópicos especiais em contabilidade
 () Ainda não cursei disciplinas relacionadas à obrigação trabalhista
 () Outras: _____

10) Já estudou ou conhece sobre a CLT e as relações entre empregado e empregador?

- () Sim () Não

11) Quanto aos **encargos sociais**, julgue seu nível de conhecimento:

Marque um X em cada linha.

	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não conheço seu fato gerador e nem suas obrigações acessórias	Sei do que se trata e conheço seu fato gerador, mas não conheço suas obrigações acessórias	Conheço bem, desde o fato gerador até suas obrigações acessórias
INSS					
FGTS					
SISTEMAS					

PIS/PASEP					
COFINS					

12) Quanto às **obrigações acessórias**, julgue seu nível de conhecimento:

Marque um X em cada linha.

	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não sei como se dá o preenchimento, nem sua transmissão ao fisco	Sei do que se trata e como preencher, mas não sei como é realizada sua transmissão ao fisco	Conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão
Demonstrações contábeis					
Livro Diário					
Livro Razão					
Livro Registro de Entrada Livro Registro de Saída					
Livro Registro de Apuração do IPI					
Livro Registro de Apuração do ICMS					
GFIP					
RAIS					
CAGED					
NOTA FISCAL					
DIPJ					
LALUR					

SEÇÃO 3 – CONHECIMENTOS SOBRE SPED

13) Sobre o SPED, você:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- () Obteve conhecimentos na Universidade
- () Obteve conhecimentos no mercado de trabalho
- () Não conhece o SPED
- () Outros: _____

14) Já participou de algum curso, encontro, seminário, treinamento, palestra ou outros eventos sobre o SPED?

- () Sim () Não

15) Se a resposta acima for "SIM", assinale o tipo de participação:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- () Congressos, seminários, encontros, etc.
 () Palestras informativas sobre SPED
 () Palestras técnicas sobre SPED
 () Treinamento sobre SPED
 () Treinamento para utilização de softwares para o SPED
 () Outros: _____

16) Já estudou sobre o SPED em alguma disciplina da faculdade?

- () Sim () Não

17) Se a resposta da pergunta anterior for "SIM", indique em qual disciplina:

18) Algum professor já falou sobre o SPED em sala de aula, mesmo não tendo o assunto na ementa da disciplina?

- () Sim () Não

19) Se a resposta da pergunta anterior for "SIM", indique em qual disciplina:

20) Em relação aos módulos do SPED listados abaixo, julgue seu nível de conhecimento:

Marque um X em cada linha.

	Desconheço totalmente	Desconheço parcialmente	Conheço parcialmente	Conheço totalmente	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica					
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica					
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica					
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico					
ECD: Escrituração Contábil Digital					

ECF: Escrituração Contábil Fiscal					
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições					
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI					
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída					
e-Financeira					
e-Social					
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais					

21) Já trabalhou com algum módulo do SPED citado acima?

() Sim () Não

22) Se a resposta da pergunta anterior for "SIM", qual módulo e por quanto tempo trabalhou?

23) Na sua opinião, você se considera preparado (a) para atuar com os seguintes módulos do SPED no mercado de trabalho?

Marque um X em cada linha.

	Totalmente despreparado	Parcialmente despreparado	Parcialmente preparado	Totalmente preparado	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica					
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica					
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica					
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico					
ECD: Escrituração Contábil Digital					
ECF: Escrituração Contábil Fiscal					
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições					
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI					

EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída					
e-Financeira					
e-Social					
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais					